



IX Congresso Nacional de Educação - EDUCERE
III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia
26 a 29 de outubro de 2009 - PUCPR

A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL E OS PROCESSOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

ALBUQUERQUE, Luís Rogério – PUC/PR
Luis.albuquerque@pucpr.br

Eixo temático: História da Educação
Agência Financiadora: Não contou com financiamento

Resumo

O trabalho apresentado a seguir corresponde a uma releitura do primeiro capítulo da dissertação de mestrado que teve como temática a concepção e os saberes da formação de professores em Educação Física no Brasil e a relação entre o poder e o saber. O estudo busca, a partir da constituição histórica da Educação Física no Brasil, interpretar as causas que levaram a gradativa implantação de tal área do conhecimento nas grades curriculares do sistema educacional brasileiro. Pretende-se também demonstrar que ao mesmo tempo em que a disciplina ganha forças dentro das propostas de ensino, surge a emergente necessidade de se formar um profissional específico para atender tal demanda. A pesquisa foi feita a partir de um estudo bibliográfico, onde foram pesquisadas fontes históricas contidas em livros e artigos que tratam da história da Educação e também da Educação Física. O trabalho bibliográfico foi subdividido em quatro momentos históricos: o final do século XIX e o início do século XX; a era Getúlio Vargas (1930-1945) e o golpe militar de 1964; o período pós-golpe militar de 1964; a crise de identidade da década de 1980. Fica claro que, no final do século XIX e no início do século XX, tanto a Educação Física, quanto os processos da formação de professores, era apenas um ideal. Ao longo do tempo histórico, destaca-se a era Vargas, onde, em função de um emergente progresso nacionalista, ocorre uma maior estruturação do sistema de ensino brasileiro, tanto no nível de ensino de primeiro e segundo graus, quanto no nível de ensino superior. A partir do estudo considera-se que a Educação Física no Brasil e os conseqüentes processos da formação de professores, estiveram historicamente restritos a uma concepção predominantemente objetiva, fisiológica e competitiva em relação ao ser humano e a sociedade.

Palavras chave: Educação Física. História. Formação Profissional.

Introdução

O presente texto é originado do primeiro capítulo da dissertação de mestrado, que teve como temática a concepção e os saberes da formação de professores em Educação Física no Brasil e a questão da relação entre o saber e o poder.

O trabalho descrito a seguir foi construído a partir de uma pesquisa bibliográfica, que trata da constituição histórica da Educação Física no Brasil e o conseqüente processo da formação de professores para atuar frente a tal área do conhecimento. O estudo percorre um caminho histórico que vai da segunda metade do século XIX até a década de 1980 do século XX.

Para uma melhor estruturação do texto, subdividimos o mesmo em quatro momentos históricos: A Educação Física do final do século XIX até o início do século XX; da era Vargas (1930-1945) ao golpe militar de 1964; o período posterior ao golpe militar de 1964; a crise de identidade da década de 1980.

A Educação Física do final do século XIX até o início do século XX

Iniciamos a nossa imersão histórica a partir de um período que consideramos fundamental para entendermos as origens da Educação Física brasileira, tal período compreende a transição do período imperial para o início do período republicano, que se deu nas últimas décadas do século XIX.

No período acima referido, haviam pontos paradoxais em relação à gradativa implantação da Educação Física na organização social brasileira. O primeiro aspecto estava relacionado ao fato de que nesta época ainda existia um grande preconceito em relação às atividades físicas, devido ao fato de que estas estavam relacionadas ao trabalho escravo. (PAIVA, 2004). Conforme Soares (1994), outro fator que merece menção é o de que nas propostas das ginásticas européias, que eram à base da Educação Física brasileira, era dada uma ênfase aos exercícios voltados a mulher, e para a parte conservadora da sociedade brasileira, a aplicação dos princípios ginásticos para as mulheres era considerado imoral.

Apesar das forças contrárias a instituição da Educação Física, apontaremos na seqüência, e com base em alguns autores, pontos fundamentais para que ocorresse a gradativa consolidação de uma nova área do conhecimento e os seus conseqüentes processos para a preparação profissional.

Conforme Soares (1994) na transição que ocorreu entre o final do período imperial e o início do período republicano, acentuava-se no Brasil a idéia de que o país necessitava adequar-se ao modelo de organização social provindo dos ideais europeus, ou seja, o modelo urbano, industrial e comercial.

Ao mesmo tempo em que o novo ideal de organização social, passa gradativamente a ser o modo de vida urbano, industrial e comercial, problemas relacionados a isto vão surgindo. Gondra (2004) relata o fato de que no Rio Janeiro, na segunda metade do século XIX, ocorria um intenso movimento de êxodo rural, onde parcelas da população se deslocavam para o centro urbano em busca de trabalho. Os indivíduos chegavam à cidade, robustos e corados e, em pouco tempo, ficavam pálidos, fracos e indolentes. Moraes (1997) corrobora com Gondra (2004), afirmando que as populações urbanas passaram a sofrer de males que antes não eram vistos nas populações rurais; esses males se configuravam em grandes surtos epidêmicos, febres, infecções e os contágios se davam pelo ar e pela água, disseminando diferentes tipos de doenças e cresciam os índices de mortalidade. Conforme Gondra (2004), as causas eram lógicas, na visão dos médicos higienistas¹ da época, as grandes concentrações de pessoas em pequenos espaços mau higienizados, e a falta da atividade física natural, que a vida urbana trazia, causavam toda aquela perda da saúde e da condição física. Neste período coube aos médicos intervir, principalmente sobre as instituições de ensino, construindo aos poucos uma “pedagogia de base médica”, desta maneira as atividades físicas e ginásticas passaram a ser consideradas fundamentais no contexto escolar. Segundo Soares (1994), para a medicina higienista da época a escola não poderia ser um prolongamento da desordem higiênica familiar.

De acordo com Barbosa (1946), Soares (1994) e Goellner (2005), outro ponto a ser destacado em relação à constituição histórica da Educação Física no Brasil é o fato de que esta deveria ser inculcada nos indivíduos e na população, no sentido de demarcar questões de gêneros sexuais, ou seja, para as meninas, futuras mães de família, responsáveis pelas gerações vindouras e pela conseqüente prosperidade nacional, a Educação Física deveria ser suave e feminina. No caso dos meninos as atividades físicas deveriam ser viris, militarizadas e voltadas ao desenvolvimento da agilidade, da disciplina, da competitividade, do patriotismo e da obediência.

Segundo Barbosa (1946) e Gondra (2004), havia também uma grande preocupação com os padrões de moralidade da época, neste sentido, a Educação Física nas escolas era vista como um elemento benéfico não só ao desenvolvimento físico, mas também moral. A idéia era a de que as atividades ginásticas produziriam fadiga nos alunos, evitando pensamentos e

¹ O higienismo pode ser visto como “[...] uma tendência mais ampla da medicina que entendia a prática da higiene como forma revolucionária de atuação na coletividade. ‘Prevenir antes de curar’, erradicar o mal antes que ele se manifeste era o lema dos higienistas especialistas no ramo”. (SCHWARCZ, 1993, p.206).

ações promíscuas, principalmente nos internatos. Constata-se esse fato a partir do diagnóstico escolar feito pelo Doutor Portugal (1853 apud Gondra, 2004, p.140): “assim aconselhamos que o número de recreios seja aumentado, e durante elle os exercícios gymnasticos postos em prática para distrahir a esta gente, que do contrário ficará de physico e moral estragados e a pátria illudida por ver as suas esperanças mallogradas; pois é desta brilhante mocidade que ella espera sua salvação e prosperidade futura”.

Com base no que foi relatado até aqui, é importante assinalarmos o fato de que a Educação Física passa a ser vista como uma ação pedagógica, porém tal ação traz em sua base epistemológica o caráter fisiológico provindo do saber médico aliado às práticas físicas da instrução militar. Desta forma, com base em Paiva (2004) a Educação Física no Brasil, assim como na Europa, surge da articulação entre as instituições: pedagógicas, médicas e militares.

Conforme Soares (1994), no início do século XX ocorreram intensos debates sobre educação e higiene. Tais debates fomentavam tanto a implantação e obrigatoriedade da disciplina Educação Física no âmbito escolar, quanto o emergente processo da formação de professores para atuar frente a tal disciplina.

No início do século XX, a Educação Física passa a ser discutida não só como uma forma de prevenção da saúde pública, mas também como uma maneira de melhorar e eugenzar a raça brasileira. Segundo Schwarcz (1993), as duas primeiras décadas do século XX foram marcadas por inúmeros artigos médicos favoráveis à prática da Educação Física, tendo como objetivo a eugenia² e a regeneração da raça brasileira. Os médicos brasileiros dividiam “[...] a população entre ‘doentes e sãos’, ou melhor, entre ‘regeneráveis e não regeneráveis’, impondo a estes dois grupos medidas absolutamente diversas”. (SCHWARCZ, 1993, p.232). A Educação Física se desenvolveu como uma das medidas a serem aplicadas à população considerada regenerável. Quanto à população considerada não regenerável, alguns médicos sugeriam a esterilização da população e outros acreditavam em seu desaparecimento a partir do processo de seleção natural. (SCHWARCZ, 1993).

Importante, nesse momento, pontuarmos elementos que nos dão base para que possamos entender como iniciaram os primeiros processos para a formação de professores que pudessem atuar frente às idéias relacionadas a Educação Física dos indivíduos.

² Em um artigo publicado na **Revista Brazil Médico** em 1918, escrito pelo professor e doutor João Henrique - artigo este citado por Schwarcz (1993) -, a eugenia é definida como uma nova ciência que “[...] consiste no conhecer as causas explicativas da decadência ou levantamento das raças, visando à perfectibilidade da espécie humana, não só no que respeita o phisico como o intellectual. [...] a eugenia não é outra cousa sinão o esforço para obter uma raça pura e forte [...]” (SCHWARCZ, 1993, p.231).

Segundo Gondra (2004), foi por volta de 1857 que começou a ser defendida a importância de um profissional que cuidasse das questões corporais, o chamado professor de Educação Física. As escolas deveriam se preocupar em ter, no seu estabelecimento de ensino, um professor voltado ao desenvolvimento intelectual e moral e outro destinado a estimular o desenvolvimento físico³. As diretrizes da formação dos futuros professores de Educação Física deveriam ser determinadas pelos médicos higienistas; nesse momento já se pensava em relacionar os conteúdos, as faixas etárias e as questões de gênero⁴. Ainda de acordo com o autor acima citado, encontram-se dados que mostram que foi apenas nos anos de 1929 e 1930 que ocorreram concursos públicos para a contratação de professores que tratariam especificamente da Educação Física. Os concursos eram constituídos de provas teóricas que buscavam avaliar conhecimentos anatômicos e fisiológicos, e também de provas práticas que testavam as habilidades físicas dos futuros professores. As questões didático-pedagógicas também eram verificadas a partir de aulas que deveriam ser ministradas a alunos do 2º ano e a alunas do 4º ano de escolas da rede pública.

Villela (2005), também traz dados importantes sobre os primeiros processos da formação de professores que deveriam lidar com a questão da Educação Física dos indivíduos. A autora ressalta que o Regulamento de 1862 estabeleceu a cadeira de Ginástica na Escola Normal da Província do Rio de Janeiro, onde se formavam os professores que atuariam na instrução primária. Para essa autora, o estabelecimento da cadeira de Ginástica pode ser comprovado a partir do Compêndio de Pedagogia de Marciano Pontes (1861) que enfocava a importância de educar o físico, a moral e o intelecto dos alunos. No primeiro capítulo da segunda parte do Compêndio, o autor dá ênfase a três temas centrais: higiene nas escolas, ginástica e educação dos órgãos dos sentidos.

Já nos pareceres de Rui Barbosa, de 1883, sobre as reformas do ensino no Brasil, aparece em destaque à idéia de que, deveria ser fundada uma escola normal de ginástica, na qual pudessem ser formados professores. Caberia ao governo contratar algum professor estrangeiro para organizar e lidar com os assuntos da ginástica escolar no Brasil. De forma

³ Foi após alguns anos que isto veio a ser colocado em forma de decreto. Gondra (2004) afirma que a partir de 1880 se registrou, nas escolas normais das Províncias e da Corte, uma cadeira denominada “Elementos de Ciências Físicas e Naturais e de Higiene e Fisiologia”. A disciplina fazia parte da grade curricular de formação de professores a partir do Decreto n.º. 7684 de 06/03/1880. (GONDRA, 2004, p.155).

⁴ Considera-se aqui que as questões de gênero estão amplamente relacionadas com a Teoria da Evolução de Charles Darwin, que, segundo Capra (1982), foi publicada na segunda metade do século XIX. Para Capra (1982), a teoria de Darwin estava “fortemente impregnada do preconceito patriarcal de seu tempo [...]. Ele via o macho típico como forte, bravo e inteligente e a fêmea típica como passiva, frágil de corpo e deficiente de cérebro”. (CAPRA, 1982, p.106).

resumida, o projeto de Rui Barbosa em relação à Educação Física no Brasil tratava de instituir uma secção de ginástica em cada escola normal, com o objetivo de formar professores para as escolas primárias; inserir a ginástica nos programas escolares e fora dos horários de recreio; equiparar, em categoria e autoridade, os professores de ginástica aos de outras disciplinas. (BARBOSA, 1946).

Conforme Soares (1994), a partir da década de 1920, e o surgimento, tanto dos Congressos Brasileiros de Higiene, quanto dos Congressos Brasileiros de Eugenia, foram fundamentais para o fomento da importância da formação profissional na área da Educação Física. No quinto “Congresso Brasileiro de Hygiene”, realizado em Recife-PE, no ano de 1929, foram realizadas algumas discussões importantes sobre a Educação Física e a formação de professores; dentre as principais conclusões do congresso, destaca-se os fatos de que a Educação Física deveria ser colocada a serviço da educação sanitária e que era indispensável à criação de “[...] institutos de Educação Physica, destinados ao preparo de instrutores e técnicos. [...]. Os profissionais ligados à Educação Física seriam os arautos da saúde, vendedores de força e beleza, robustez e vigor”. (SOARES, 1994, p.141). Ainda de acordo com a autora, no primeiro “Congresso Brasileiro de Eugenia”, realizado no Rio de Janeiro em 1929, evidenciou-se o fato de que era da máxima urgência que o Governo da República organizasse escolas superiores de Educação Física para o preparo dos professores.

Moro (1998), com base em Penna Marinho (1943), afirma que em 1905 houve uma tentativa de implantar escolas específicas para a formação de professores em Educação Física no Brasil. O projeto para a criação das escolas era do Dr. Jorge de Moraes e previa a criação de uma instituição militar e outra civil, ambas destinadas à formação de educadores físicos. Porém foi apenas no ano de 1929 que ocorreu a habilitação da primeira turma de professores com o Curso Provisório de Educação Física. O Curso Provisório, que era acessível tanto a civis como a oficiais militares, havia sido idealizado em 1922 por uma portaria do Ministério da Guerra. Nesse período, tal ministério visava à criação do Centro Militar de Educação Física. (MORO, 1998).

Da era Vargas (1930-1945) ao golpe militar de 1964

A primeira metade do século XX é de fundamental importância para as análises da constituição histórica da Educação Física, haja vista que os até então movimentos higienista e eugenista, se encontraram com a real proposta da criação de um Estado forte. Conforme

Saviani (1976), esse Estado forte, que se idealizou a partir da entrada de Getúlio Vargas no poder, pretendia cada vez mais seguir o modelo de industrialização nacionalista⁵.

Paiva (2004, p.53) afirma que “a década de trinta do século XX é crucial na institucionalização da Educação Física no Brasil”. Para o modelo de governo de Getúlio Vargas, que tinha a clara proposta de fortalecer a indústria interna e o nacionalismo, a implantação de um sistema educacional que suprisse as necessidades dessa ideologia era fundamental. Foi nesse contexto que a higienização social dos liberais tomou um formato cada vez mais eugenista – sob influências provindas dos modelos de governo ditatorial nazista⁶ e fascista – e que evidenciava o aspecto da melhora e do fortalecimento das raças e das gerações. “Era como raça que a nação era entendida. Por meio dela se explicavam sucessos políticos, fracassos econômicos ou hierarquias sociais assentadas”. (SCHWARCZ, 1993, p.235).

Segundo os PCNs (1997), quem comandou a Educação Física no Brasil neste período, predominantemente eugenista, foi o Exército, que tinha como principais objetivos o patriotismo e a preparação “pré-militar”. Germano (1994) considera que a afirmação do fascismo e do nazismo, na década de 1930, em algumas regiões da Europa, repercutiu sobre a cúpula militar brasileira, que se mostrava amplamente favorável ao modelo político direitista e autoritário.

Segundo Cunha (1986), foi em função do ideário e dos objetivos econômicos do governo de Getúlio Vargas que se iniciou uma estruturação mais consistente do ensino superior no Brasil. Em 14 de novembro de 1931, foi criado o Ministério de Educação e Saúde Pública, e, consecutivamente, foram instituídos o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Estatuto das Universidades Brasileiras. Vale registrar que o estatuto se mostrava restritivo à autonomia político-ideológica do ensino superior no Brasil, procurando estabelecer, para as universidades, uma concepção única de ensino, contrária às divergências e à pluralidade.

Principalmente a partir do Estado Novo (1937), a Educação Física passou a exercer um papel mais relevante no quadro das necessidades do ideal de sociedade da época. De

⁵ Ao longo da década de 1930, aconteceu a crise do café, tornando-se “[...] obsoleta a ideologia do ‘agriculturismo’ que se baseava na crença da ‘natural vocação agrícola do Brasil’” (SAVIANI, 1976, p.178). Na visão dos economistas da época, deveria ser instalado no Brasil o chamado modelo de “substituição das importações”. O processo de substituir as importações tinha o propósito de que as manufaturas, até então importadas, viessem a ser produzidas no Brasil. Diante desse panorama, o processo de industrialização nacionalista se mostrou como uma saída para a crise econômica da época. (SAVIANI, 1976).

⁶ Segundo Schwarcz (1993), a partir da década de 1930, surgem no Brasil cientistas e intelectuais que se identificavam com os projetos eugenistas alemães e que idealizavam, para o Brasil, um controle da reprodução da população.

acordo com os PCNs de 1997, somente a partir da constituição de 1937 a Educação Física foi instituída como uma disciplina escolar obrigatória em âmbito federal. Tal processo implicou em uma maior demanda de profissionais que atuassem nessa área. “Assim, em 17 de abril de 1939, deu-se a criação, na Universidade do Brasil, da Escola Nacional de Educação Física e Desportos”. (CASTELLANI FILHO, 2000, p.99).

Cabe aqui fazer realçar a importância e a influência que a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) exerceu sobre os processos da formação de professores em Educação Física no Brasil. Segundo Moro (1998), a ENEFD “polarizou e liderou a iniciativa da constituição curricular, influenciando as ações das unidades federativas, ocasionando uniformidade dos demais currículos das escolas superiores de Educação Física até a década de 1950”. (MORO, 1998, p.31).

O período do governo de Getúlio Vargas foi marcante na determinação e na afirmação da Educação Física e de uma concepção predominante para a formação de professores. Essa concepção acentuava os princípios higienistas e eugenistas, dando a eles uma característica racional e disciplinar⁷.

Segundo Saviani (1976), durante a década de 1930 até o ano de 1945, o nacionalismo brasileiro tinha “colorações” Fascistas, muito e função do panorama internacional. “A partir dessa data, renascem as idéias liberais, que passam a constituir o pano de fundo do nacionalismo que evolui num crescendo”. (SAVIANI, 1976, p.178). Ainda de acordo com o autor, constata-se que, a partir de 1945, o liberalismo volta a ser a ideologia capaz de unir as forças em torno dos interesses nacionais de estabelecer internamente um modelo industrial forte.

No período posterior à 2ª. Guerra Mundial (1945-1964), uma concepção sustentada, segundo Ghiraldelli Jr. (2003), pelo pensamento liberal retomou suas forças e buscou estabelecer o encontro da Educação Física com a Pedagogia. “A ginástica, a dança, o esporte são meios de educação do alunado”. (GHIRALDELLI JR., 2003, p.19).

Segundo os PCNs (1997), nesse período deu-se início a um grande processo de pedagogização das práticas esportivas. O esporte passou a ser considerado o grande conteúdo

⁷ Foucault (1999) faz uma relação bastante relevante entre as disciplinas impostas ao corpo e as questões políticas e econômicas: A disciplina fabrica, assim, corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. “A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra ela dissocia o poder do corpo, faz dele, por um lado, uma aptidão, uma capacidade que ela procura aumentar; e inverte, por outro lado, a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita” (FOUCAULT 1999, p.120).

a ser trabalhado nas escolas. Isso aconteceu devido ao fato de que, na maioria dos contextos escolares, não houve uma identificação com as ginásticas tradicionais. (PCNs, 1997).

Importante referir que no início da década de 1960 ocorreu a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 4024/61⁸, que, em seu artigo 22⁹, tornou obrigatória a Educação Física¹⁰, no ensino primário e médio. (PCNs, 1997).

O período posterior ao golpe militar de 1964

A partir de 1960, acentua-se no Brasil a contradição entre o modelo econômico e a ideologia política vigente. Tal contradição se explica pelo fato de que o modelo econômico exigia cada vez mais a entrada do capital e das empresas estrangeiras no Brasil, enquanto a ideologia política dos que detinham o poder tentava manter o modelo nacionalista, que defendia o crescimento interno através do fortalecimento das indústrias brasileiras.

Segundo Saviani (1976), a alternativa era ajustar a ideologia política ao modelo econômico ou vice-versa. O Golpe Militar de 1964 resolveu a contradição de forma a ajustar a ideologia política aos interesses do modelo econômico. Tal modelo apoiava a entrada do capital e das empresas estrangeiras no Brasil.

A partir de 1964, a legislação educacional brasileira foi pensada de acordo com os interesses de um modelo econômico voltado para a entrada do capital e das indústrias estrangeiras no Brasil. A inspiração liberal que embasava a Lei 4.024/61 foi substituída pela tendência tecnicista das Leis 5.540/68 e 5.692/71.

A partir dessas leis “a educação física teve seu caráter instrumental reforçado: era considerada uma atividade prática, voltada para o desempenho técnico e físico do aluno”. (PCNs, 1997). Ainda de acordo com os PCNs de 1997, nesse momento o esporte transformou-se no grande conteúdo a ser reproduzido pela Educação Física escolar, principalmente a partir da quinta série. Paiva (2004) afirma que na década de 1970 o fenômeno esportivo deu suporte à Educação Física escolar brasileira, incentivando as iniciações, o treinamento corporal e a conseqüente criação dos Jogos Estudantis.

⁸ Candau (1987) relata que a LDB de 1961 manteve “intocada a estrutura do ensino superior” no Brasil. Na verdade, a lei incidiu apenas na estrutura do sistema escolar.

⁹ Lei 4.024/61 Art. 22 (apud Brejon, 1982)– “Será obrigatória a prática da educação física nos cursos primário e médio, até a idade de 18 anos”.

¹⁰ Segundo Darido (2003, p.25), “[...] no período de 1950-1975 ocorre uma explosão no número de Faculdades de Educação Física. Para exemplificar, até 1950 funcionavam apenas dois cursos no estado de São Paulo, chegando a quase 30 no final da década de 70”.

Segundo Guiraldelli Jr. (2003), nas décadas de 1960 e 1970, a Educação Física escolar se transformou em um degrau para o treinamento de desportos representativos. Um dos objetivos desse redirecionamento era o treinamento e a preparação de futuros atletas, capazes de conquistar méritos e medalhas olímpicas para o Brasil¹¹. Santin (1996) faz referência à Educação Física voltada ao esporte de rendimento, principal foco da disciplina na época, como uma concepção que refletiu o modo de produção industrial na Educação Física. Tudo é feito com base na técnica e na ciência; “o esporte de rendimento faz parte da imensa paisagem construída pelos homens da sociedade industrial” (SANTIN, 1996 p.35).

Cabe comentar, com base em Castellani Filho (2000) e Darido (2003), que a Educação Física de caráter esportivo, técnico e competitivo acentuou nas universidades, a partir da década de 1970, o surgimento de laboratórios de avaliação física e fisiologia do esforço. Segundo Darido (2003, p.18), “[...] os estudos conduzidos por estes laboratórios não tinham intenções explícitas de produzir conhecimento na área escolar [...]”. Tais pesquisas tinham o objetivo de agregar conhecimento científico aos cursos da formação de professores e também contribuir para a melhoria do chamado processo de desenvolvimento do desporto nacional. A partir de 1970, a produção de pesquisa na Educação Física esteve prioritariamente atrelada às ciências biológicas e exatas, o que refletiu totalmente na concepção de formação de professores. Nessa perspectiva, essa concepção, propiciou uma formação acadêmica que, inconscientemente ou não, levou os professores de Educação Física escolar a assumir um papel de treinadores ou técnicos desportivos.

A crise de identidade da década de 1980

Conforme Germano (1994), desde a posse presidencial do General Ernesto Geisel, em 1974, até o término do mandato do, também general, João Batista Figueiredo, em 1985, houve um claro e crescente processo de enfraquecimento da ditadura militar. O declínio do Regime Militar, segundo Germano (1994), se deu em função de conflitos internos entre os militares, do enfraquecimento das relações entre os militares e a classe empresarial e do crescimento das mobilizações oposicionistas ao Regime por parte da sociedade civil.

¹¹ Com base em Germano (1994), afirma-se aqui que esse modelo de Educação Física aplicado ao sistema educacional brasileiro refletiu bem os ideais de nação que foram criados durante o Regime Militar (1964-1985), ou seja, os militares tinham a intenção de transformar o Brasil em uma potência econômica e isso se refletia em uma Educação Física que servia como uma ponte para a transformação do país em uma potência esportiva.

Germano (1994) se refere ao período que vai de 1974 a 1985 como um período de “crise de legitimidade” do Regime Militar. É nesse contexto que surgem os chamados Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND). Para ele, os principais apelos dos Planos Nacionais de Desenvolvimento eram os de proporcionar uma melhor distribuição de renda e uma maior participação econômica e política das classes trabalhadoras na “vida do País”. “Nesse contexto histórico-social, a política educacional sofrera também uma mudança de *forma*. Assim, o ‘tecnicismo’, o ‘produtivismo’ e a despolitização da educação transformam-se no seu inverso, no âmbito do discurso oficial”. (GERMANO, 1994).

No que diz respeito à Educação Física, Castellani filho (2000) afirma que no início da década de 80 houve abertura para congressos de professores e alunos, com o objetivo de discutir a disciplina como uma área de conhecimento que pudesse auxiliar na formação de indivíduos conscientes e interados dos problemas políticos e econômicos da sociedade brasileira.

Paiva (2004, p.54) assegura que “os anos 70 e 80 caracterizam novo encaminhamento para a área, com a implantação da pós-graduação e/ ou com ‘a crise’ da educação física”. Para Daólio (2003), a Educação Física, até a década de 1970, esteve aprisionada a paradigmas cientificistas e ao modo positivista de fazer ciência.

Segundo os PCNs (1997), em decorrência do contexto da década de 1970, todos os ideais de transformar o Brasil em uma potência olímpica não se concretizaram e isso provocou uma profunda crise de identidade nos pressupostos da Educação Física brasileira. Os autores dos PCNs (1997) ainda afirmam que, a partir da década de 1980, ampliaram-se os debates sobre as novas tendências da Educação Física no Brasil, devido à criação dos primeiros cursos de pós-graduação, retorno de professores que fizeram doutoramento fora do país e aumento significativo de congressos e publicações de livros e revistas.

Darido (2003) afirma que, em meados da década de 1980, algumas instituições de ensino superior voltadas à formação de profissionais em Educação Física “implementaram novas propostas curriculares, procurando formar o aluno numa perspectiva mais ampla”. (DARIDO, 2003, p.28). Essa reformulação, segundo Darido (2003), aconteceu a fim de escapar de modelos da formação de professores em Educação Física que reproduziam em suas

práticas pedagógicas uma visão totalmente esportiva, competitiva, individualista e sem fundamentos teóricos¹².

Paiva (2004) afirma que apesar dos novos debates que ocorreram a partir da década de 1980 em torno da Educação Física brasileira, “a prática docente permaneceu fortemente ancorada no paradigma da aptidão física e esportiva”. (PAIVA, 2004, p.73).

Dessa maneira, após a “crise de legitimidade” do regime militar e dos seus preceitos “eminentemente técnicos” de administrar o país, a Educação Física brasileira iniciou um processo de reflexão histórica e conceitual. Infelizmente, no campo político, no final da década de 1980, o país sofre as conseqüências de uma história marcada pela repressão política de seu povo. Segundo Germano (1994), um “filho dileto do Regime Militar”, Fernando Collor de Mello, é, em 1989, eleito por voto direto à Presidente da República do Brasil.

Considerações finais

O presente estudo mostra que as últimas décadas do século XIX e o início do período republicano (1889), são fundamentais para entender as origens históricas da Educação Física no Brasil. Em tal período observa-se a grande influência que a sociedade brasileira, sofreu do formato de organização social européia, ou seja, o modo de vida urbano, industrial e comercial.

No Brasil passam-se a observar os problemas gerados pelo acúmulo de pessoas em espaços mau higienizados e a falta de movimento corporal natural, que a vida rural oferecia. Foi neste contexto que a medicina veio a assumir um papel importante na sociedade. A medicina da época percebeu a escola como um local estratégico para que uma chamada “pedagogia de base médica” fosse implantada. A pedagogia de base médica veio atrelada a duas grandes correntes da medicina moderna: o higienismo e a eugenia. Ambas as correntes médicas defendiam os preceitos ginásticos da Educação Física, como formas de prevenção da saúde e melhoramento da raça brasileira.

No final do século XIX, destaca-se o fato de não existir nenhum curso específico para a formação profissional em Educação Física, apenas a preocupação em instituir a cadeira de ginástica nas Escolas Normais.

¹² Tojal (1989 apud Darido, 2003) afirma que a partir da década de 1970 houve um aumento significativo de instituições particulares de ensino superior voltadas à formação de professores em Educação Física no Brasil; tais instituições tinham propostas totalmente voltadas ao ensino dos esportes e um claro interesse comercial pelo processo de ensino superior.

Foi no final da década de 1920, através dos congressos brasileiros de higiene e eugenia, que se evidenciou o fato de que era de máxima urgência que o governo da república organiza-se escolas superiores de Educação Física no Brasil.

A década de 1930 e a entrada de Getúlio Vargas no poder, alavancou a estruturação do ensino superior no Brasil. A partir do Estado Novo e da constituição de 1937, a disciplina escolar e os processos da formação de professores em Educação Física, passaram a ter a sua importância definitivamente reconhecida. O marco histórico dos processos da formação superior em Educação Física no Brasil, acontece com a criação, em 1939, no Rio de Janeiro, da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD). Tal escola liderou, uniformizou e serviu de modelo curricular para as demais escolas brasileiras durante toda a primeira metade do século XX.

No período posterior a ditadura Vargas (1945-1964) destaca-se a Lei de diretrizes e Base (LDB) de 1961, que reafirma a obrigatoriedade da Educação Física em todo o ciclo educacional brasileiro. Também se deve ressaltar o fato de que neste período houve uma grande identificação da população brasileira com as práticas esportivas em detrimento das ginásticas tradicionais.

No período posterior ao Golpe Militar de 1964, e em função de um novo panorama político e econômico, ocorre a elaboração das reformas educacionais de 1968 (ensino superior) e 1971 (ensino de 1º. e 2º. Graus). A partir das reformas, observa-se a clara intenção de submeter à Educação aos interesses do novo modelo de crescimento econômico; modelo este, pautado pela entrada do capital e das empresas estrangeiras no Brasil. A ideal de transformar o Brasil em uma potência econômica, refletiu na Educação Física que passou a ser entendida como uma área do conhecimento humano que pudesse transformar o Brasil em uma potência esportiva e olímpica. Desta maneira, a formação de professores passou a ser entendida como uma forma de preparar treinadores e peritos em preparação esportiva. Tal concepção de Educação Física foi levada às escolas, que passaram a servir de trampolim para o crescimento do desporto nacional.

Na década de 1980, transparece a “crise de legitimidade” do regime militar e dos seus preceitos eminentemente racionais e técnicos. Neste período ocorreu um grande processo de reflexão em relação às políticas educacionais. Acompanhando o sistema educacional como um todo, a Educação Física e os seus cursos da formação superior entraram em uma chamada “crise de identidade”. Foi neste período que algumas correntes de pensadores passaram a

questionar a visão estritamente objetiva, fisiológica e competitiva com que a Educação Física tratou o ser humano e a sociedade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Rui. **Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública, 1883**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: educação física**. Brasília: MEC/ SEF, 1997.

BREJON, Moysés. **Estrutura e funcionamento do ensino de 1. e 2. graus**. 14. ed. São Paulo: Pioneira, 1982.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Novos rumos da licenciatura**. Brasília: INEP: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1987.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.

CASTELLANI FILHO, Lino. **A educação física no Brasil: a história que não se conta**. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2000.

CUNHA, Luis Antonio. **A universidade temporã: da colônia a era de Vargas**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1986.

DAÒLIO, Jocimar. A ordem e a (des)ordem na educação física brasileira. **Revista Brasileira das Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n.1, p. 115-127, set. 2003.

DARIDO, Suraya Cristina. **Educação física na escola questões e reflexões**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GOELLNER, Silvana V. Da criança de hoje depende o Brasil de amanhã: raça e gênero na educação física brasileira do início do século XX. In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira (orgs.). **A educação escolar em perspectiva histórica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

GONDRA, José G. Combater a “Poética Pallidez”: a questão da higienização dos corpos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. especial, p. 121-161, jul. /dez. 2004.

GUIRALDELLI Jr, Paulo. **Educação física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

MORAES, Enny V. O higienismo e a educação física brasileira. ENCONTRO DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA, 5, Alagoas. **Coletânea...** Rio Grande do Sul, Ed. da UNIJUÍ, 1997, p. 234-242.

MORO, Vera Luiza. **A organização curricular dos cursos de graduação em educação física no Paraná, após a Resolução n.º 03/87 do Conselho Federal de Educação.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

PAIVA, Fernanda Simone Lopes. Notas para pensar a educação física a partir do conceito de campo. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. especial, p. 51-82, jul. /dez. 2004.

SANTIN, S. **Educação física: da alegria do lúdico à opressão do rendimento.** Porto Alegre: EST/ESEF-UFRGS, 1996.

SAVIANI, Dermeval. Análise crítica da organização escolar brasileira através das leis 5.540/68 e 5.692/71. In: GARCIA, Walter E. **Educação brasileira contemporânea: organização e funcionamento.** São Paulo: McGraw- Hill, 1976.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação física: raízes européias e Brasil.** Campinas, SP: Autores e Associados, 1994.

SCHWARCZ, LÍlian Moritz. **O espetáculo das raças; cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VILLELA, Heloisa de O. S. Entre o “saber fazer” e a profissionalização a escola normal do século XIX e a constituição da cultura profissional docente. In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck e CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira (orgs.). **A educação escolar em perspectiva histórica.** Campinas, SP: Autores Associados, 2005.